

Inquérito Civil n. 06.2016.00003848-1

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE SEARA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 83.024.505/0001-13, situado na Avenida Anita Garibaldi, n. 371, centro, Seara/SC, CEP n. 89770-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Edemilson Canale, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00003848-1, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que o inciso I do artigo 26 da Lei n. 8.625/93 faculta ao Ministério Público a instauração de Inquéritos Cíveis Públicos e de Procedimento Administrativos; que a Lei Complementar Estadual n. 738/19 determina em seu artigo 91, incisos I e III, ser atribuição do Ministério Público a instauração de Inquéritos Cíveis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes, bem como a requisição de informações e documentos a entidades públicas e privadas;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da CRFB/88 prevê como função institucional específica do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225, *caput*, da CRFB/88 que dispõe "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que o artigo 14, §1º, da Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente) estabeleceu a responsabilidade objetiva ambiental ao causador do dano e a Constituição Federal, em seu artigo 225, §3º, considerou imprescindível a obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que o IBAMA, por meio da Resolução n. 388, de 23 de fevereiro de 2007, convalidou todas as Resoluções que definem os parâmetros para a caracterização de vegetação primária e secundária, assim como os estágios de regeneração destas;

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (artigo 225, inciso VII, CF/88);

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente visará "à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico" (artigo 4º, inciso I, Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei Complementar n. 140/2011 estabelece que os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional: [...] V - delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o art. 5º do mesmo diploma normativo acima citado enuncia que o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;

CONSIDERANDO que o artigo 20 da Resolução CONAMA n. 237/1997 dispõe que os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados;

CONSIDERANDO que o Município de Seara não possui órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente;

CONSIDERANDO que a Lei do Bioma Mata Atlântica dispõe que a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando: I - a vegetação: a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território

nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

CONSIDERANDO que o Município de Seara descumpriu o termo de delegação datado de 8 de março de 2013, ao emitir autorização para supressão de espécimes florestais nativas sem situação de risco de queda (alínea "a" do § 11º da cláusula terceira do Termo de Delegação de Atribuições n. 45/2013 firmado com o IMA (antiga FATMA);

CONSIDERANDO que o presente instrumento não implicará em reconhecimento de culpa pelo Município de Seara, uma vez que pretende ajuizar ação anulatória dos autos de infração, mas tão somente a finalidade de solucionar o Inquérito Civil n. 06.2016.00003848-1,

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a regularização da emissão de autorização pelo Município de Seara para supressão de espécimes florestais nativas sem situação de risco de queda.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:

Cláusula 2ª: o COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, a cumprir fielmente as disposições contidas no Termo de Delegação de Atribuições n. 45/2013 firmado com o IMA (antiga FATMA) ou outro instrumento normativo equivalente a ser pactuado com o órgão ambiental;

Cláusula 3ª: o COMPROMISSÁRIO se compromete a, no prazo de 12 (doze) meses, a realizar a compensação ambiental do dano causado pela expedição das autorizações de corte n. 03/2014, 04/2014, 05/2014, 06/2014, 08/2014, 09/2014, 10/2014, 06/2015 e 07/2015, mediante o plantio de 300 (trezentas) árvores nativas no Rio Caçador, especificamente situada na barragem de captação de água da CASAN;

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER:

Cláusula 4ª: o COMPROMISSÁRIO se compromete, a partir da data da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, na **obrigação de não fazer** consistente em não expedir autorização de corte de vegetação sem observância do Termo de Delegação de Atribuições n. 45/2013 firmado com o IMA (antiga FATMA) ou outro instrumento normativo equivalente a ser pactuado com o órgão ambiental;

2.3 DA ORDEM DE REPARAÇÃO:

Cláusula 5ª: A reparação do dano ambiental causado dar-se-á prioritariamente na seguinte ordem:

a) – mediante a obrigação de fazer consistente no plantio de 300 (trezentas) árvores nativas no Rio Caçador, especificamente situada na barragem de captação de água da CASAN;

b) - mediante a obrigação de fazer em substituição da reparação acima mencionada por outra medida compensatória pecuniária ou indenizatória por perdas e danos, desde que, comprovado a impossibilidade de reparação acima descrita, o que deverá ser certificado pelo órgão ambiental, hipótese em que será celebrado aditivo ao presente TAC, fixando os valores da compensação pecuniária;

3 DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 6ª: a fiscalização das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será realizada pela Polícia Militar Ambiental ou por técnico do Órgão Ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, conforme eventuais requisições pelo Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário;

4 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 7ª: o não cumprimento das cláusulas deste termo por parte do COMPROMISSÁRIO, implicará o pagamento das seguintes multas pecuniárias, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas para o FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS

LESADOS, conforme artigo 13 da Lei n. 7.347/85:

- a) descumprimento da Cláusula 2ª - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por descumprimento;
- b) descumprimento da Cláusula 3ª - multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês de atraso; e
- c) descumprimento da Cláusula 4ª - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por descumprimento;

Parágrafo único: no caso de descumprimento das cláusulas pactuadas, o **COMPROMISSÁRIO** fica ciente de que além da execução das multas acima referidas, o Ministério Público promoverá a execução judicial das obrigações, com o ajuizamento de ação civil pública;

Cláusula 8ª: para a execução das referidas multas e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão somente, relatório, auto de constatação e de infração ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

5 . DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 9ª: o Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao ajustado contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

6. DA VIGÊNCIA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Cláusula 10ª: o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta começará a vigor a partir da sua assinatura.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 12ª: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 13ª: as partes elegem o foro da Comarca de Seara/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Seara, 14 de outubro de 2019.

[assinado digitalmente]

GUILHERME BACK LOCKS

Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE SEARA

Compromissário

Testemunhas:

ERNESTO VALDECIR GOMES

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

HELEN BURTET BEDIN

Assistente de Promotoria de Justiça